

Proposta Reflexiva sobre a Formação Humana como Eixo Articulador dos termos *Filosofia, Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia*¹

Leoni Maria Padilha Henning²
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Introdução – O modo como a sociedade contemporânea se estrutura na organização das suas instituições priorizando a racionalidade científica, buscando métodos precisos, argumentação coerente e resultados confiáveis na ânsia de serem minimamente comprovados, cria alguns problemas intrincados para nós envolvidos com docência e pesquisa na área das Ciências Humanas. As universidades, em vista dessa orientação, acabaram projetando suas áreas de conhecimento, cursos e disciplinas de forma fragmentada, obedecendo aos critérios de demarcação mais concisa e positiva possível, redundando nos especialismos. Porém, frente a uma observada inadequação desses padrões em muitas situações formativo-profissionais, esforços interdisciplinares se fizeram imperativos e cujas dificuldades, sabemos, são insistentemente enfrentadas por muitos estudiosos e abundantemente arroladas em extensa bibliografia.

Acredito que o tema constituído por “Filosofia, Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia” pode servir de um bom exemplo do que está sendo dito até aqui. Institucionalmente, são assuntos próprios engajados em ações de profissionais atuantes em localizações bem definidas nas universidades, o que de acordo com uma visão inadvertida pode parecer que se trate de assuntos desconexos, separados, desligados.

¹ Texto elaborado para ser exposto na Mesa-Redonda *Ensino, Filosofia e Filosofia da Educação* na ocasião do “I Simpósio Internacional de Filosofia, Filosofia da Educação e Pragmatismo” realizado na Universidade Federal do Piauí de 11 a 15 de dezembro de 2017.

² Graduada em Filosofia (UFPR-1974), obteve os seguintes títulos a nível de pós-graduação: *Master in Education* (MSU-1976), *Master of Science* (ISU-1991) e Doutora em Educação – ênfase em Filosofia da Educação (UNESP-2003). Atualmente é docente-pesquisadora na Universidade Estadual de Londrina-UEL onde atua na graduação e pós-graduação no âmbito dos “estudos filosóficos em educação”. Coordena o Grupo de Pesquisa “Positivismo e Pragmatismo e suas relações com a Educação” – PPEDU, desde a sua fundação em 2005. Dentre as atividades realizadas no interior do Grupo, realizamos oito Seminários em que focalizamos temas centrais a serem explorados pelos seus integrantes e interessados inscritos, sendo o último aquele que centraliza nos “Temas relevantes no pensamento deweyano” (Anais a ser brevemente lançados).

Diante do problema, os meus esforços são para encontrar um eixo de conexão que permita estabelecer relações entre eles, buscando compreendê-los a partir dos seus objetivos maiores e do sentido que manifestam em suas propostas e atividades. Assim, que objetivo tem a Filosofia? Qual a finalidade excelsa da Filosofia da Educação? Qual o sentido do Ensino de Filosofia?

A princípio, já situamos nos parágrafos acima essas três áreas no âmbito das “Ciências Humanas e Sociais”, pois que fazem parte dos conhecimentos e práticas que visam o homem (na sociedade), sendo ainda o fenômeno humano o ponto de partida para as suas construções teóricas. É certo que a Filosofia surge anunciando a amizade do homem para com a Sabedoria, uma vez que sua *admiração e espanto* diante do mundo e dos seus segredos sacodem-lhe suas crenças e o transformam em agente desvelador dos enigmas que o desafiam, agora de posse do *logos*. Nesse sentido, *educar o homem*, segundo um outro paradigma, parece ter se constituído num cenário em que a história humana se desenrola em conquistas e desafios cada vez mais complexos, dado ao seu desenvolvimento intelectual, emocional, investigativo, crescentemente político e social, que opera nas sociedades construídas sob as mais diversas formas estruturais, ao longo desse processo em que observamos a construção de um “universo público” composto pelo acúmulo dos mais variados conhecimentos. Assim, a consciência humana se dá conta da construção que realizou em termos das ciências particulares, das artes, da ética, da história e demais saberes e práticas que são colocados à disposição das gerações futuras. O homem se descobre como sujeito de conhecimento, mas também, se coloca como objeto da inteligência humana, entendendo-se como um agente imprescindível na feitura do mundo e de si mesmo. Sabe-se então como agente capaz de se aprimorar e de transformar a realidade a seu favor, não obstante, temos visto o quão difícil se tornou essa tarefa. As atividades educativas precisaram sair do universo espontâneo para constituírem-se objetos de estudos, investigação e de pesquisa rigorosa, exigindo um corpus de conhecimentos cada vez mais sofisticado, acumulado e revisado pelos seus profissionais. *Formar o homem* tornou-se um problema do tamanho da dificuldade ao se analisar os seus feitos e achados incomensuráveis em desproporção e em desequilíbrio com aquilo que dele foi feito como efetivamente um ser “humano”. Este

que deveria ser o construtor de um mundo melhor, vê-se no tribunal da razão contemporânea apontado como responsável por uma significativa parcela dos problemas de destruição do planeta e da própria sociedade. Como então “formar apropriadamente o homem”? Eis um assunto posto para a Filosofia e Filosofia da Educação associadas às propostas educativas da contemporaneidade que também buscam em outras esferas do conhecimento acumulado pistas para o enfrentamento desse dilema.

Sujeito inquiridor, o homem aprendeu a perguntar de modos cada vez mais refinados, apreendendo os problemas que encontra no percurso de seu desenvolvimento, desde os seus primórdios, elaborando explicações e justificações em consonância com as questões inter-relacionadas ao contexto das sociedades nos seus diversos períodos. Um desses problemas é, pois, notadamente a sua “educação”, constituindo então, o campo da Filosofia da Educação, em cujo âmbito encontramos o “ensino”, pois na relação educacional há pelo menos dois fatores, cuja relação efetivada entre si não é menos problemática, a saber, de um lado temos aquele que ensina algo a alguém e por via relacional também aprende ao ensinar, de outro. Esse algo a ser ensinado, da mesma forma, também se constitui num problema, uma vez que as perspectivas sobre ele são alteradas nas atividades processadas por esses fatores envolvidos na empresa cognoscitiva, requerendo um método que minimamente garanta a realização de, pelo menos, parte da intencionalidade buscada. Já não mais cabe o casuísmo, o espontaneísmo, o *laissez faire, laissez passer*. Há agora o necessário rigor no processo de conhecer. O professor de filosofia não pode, ademais, simplesmente desprezar ou desconhecer as “teorias de ensino” em cujos componentes pode localizar o que tange à filosofia do que, conseqüentemente, poderá resultar numa sua mais importante contribuição à educação. Faria (1987) destaca a seguinte composição:

- a) Concepções mais gerais, como de homem, mundo, sociedade, educação ou ensino. [...].
- b) Os princípios de uma teoria de aprendizagem ou, de acordo com alguns teóricos, os elementos de uma teoria de conhecimento. [...]. Esta é condição necessária, mas não suficiente, para a elaboração da teoria do ensino.

c) Os componentes diretamente ligados à prática educacional, tais como: meios metodológicos, materiais instrucionais, formas de interação sócio-pedagógica, sistemas de avaliação, soluções para a remediação do ensino, etc. Estes componentes são produzidos a partir dos dois planos anteriores e em harmonia com os mesmos. Por isso, são eles que corporificam a teoria do ensino. (FARIA, 1987, p. 02-03, grifos nossos).

A exposição acima nos provê de subsídios importantes para entendermos a presença de elementos filosóficos no plano do ensino propriamente dito. Também, oportuniza a nossa compreensão sobre as relações que a filosofia deve engendrar com os demais campos do conhecimento humano quando adentra uma instituição formativa. Esta, por definição, sempre apresenta uma intencionalidade que deve ser acessada pelos seus profissionais de forma consciente. Gooding (1977, p. 03) alerta para o fato de que, mesmo assim entendida a intencionalidade da educação “[...] cada profissional tem um conjunto complexo de propósitos para ensinar, mesmo quando tais propósitos não são verbalizados ou explicitados.” Pois, qualquer pessoa sempre age “[...] consistentemente como um padrão de valores e crenças que [possui]. [...] Se o conjunto de crenças e valores do educador é inconsistente, é provável que sua conduta seja interpretada como confusa e perturbadora.” O mesmo autor ainda adverte, no mesmo lugar: “As pessoas que tentam aperfeiçoar a educação, sem examinar seus pressupostos filosóficos, comumente produzem modismos fantasiosos, sistemas superficiais e metas culturalmente irrelevantes.” Eis mais uma boa razão para defendermos a imbricação da filosofia, filosofia da educação e do seu ensino.

A situação gnosiológica promovida nessas inter-relações resulta numa crescente complexidade acompanhada por exigências que se tornam cada vez mais apuradas tornando a atividade filosófica num exercício profissional atrelado às questões mais excelsas da humanidade - já que acompanha a sua construção – e que por estar ao lado das ciências e das artes, vê-se numa indispensável situação de diálogo.

Diante do exposto, quando decidimos pelo tratamento didático desses campos em particular – o que é compreensivo e mesmo produtivo -, temos que alertar sobre os perigos dos excessos ao recortarmos a realidade para a efetivação de um aprofundamento na investigação. Sempre acutelados diante de possíveis reducionismos provocadores da produção de uma práxis filosófico-educativa

empobrecida, defendemos o estabelecimento de relações íntimas e enriquecedoras entre os planos aqui em destaque, os quais, como vimos, clamam por outras relações. Como bem nos alerta Maria (1996) ao se reportar a um dos campos centrais dessa nossa reflexão :

O corte epistemológico da filosofia da educação, para ser um instrumental não reducionista, mas que empenhe em atingir a abrangência, deve interagir com os diversos campos do saber; ao mesmo tempo, deve ser sintonizada a partir do substrato da eticidade, formando o tripé: conhecimento, ética e realidade educacional (MARIA, 1996, p. 11).

Com essas palavras, acredito que o autor nos oferece uma ilustração da nossa tese principal, a saber, há o enredamento inevitável entre a filosofia propriamente dita, a filosofia da educação e o ensino de filosofia ocupado que é com o exercício formal da disciplina. Chegamos, portanto, ao ponto alto de nossa reflexão em que encontramos intimamente imbricados os referidos campos, cujos termos bem podem ser considerados, no universo das ciências humanas e sociais, conectados ao conceito de “formação humana” que, a nosso ver, funciona como uma força centrípeta nas atividades intelectivas realizadas pelos profissionais vinculados a um ou a outro dos referidos campos.

Formação como um eixo conectivo importante entre Filosofia, Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia – As ideias acerca do homem apresentam uma incrível oscilação entre o bem e o mal que hipoteticamente definem a sua natureza, o que é acompanhado por propostas formativas correspondentes: do investimento na bondade natural do homem, não obstante havendo impedimentos para sua revelação, à crença em sua nefasta e destruidora natureza, necessitando para isso de um severo controle externo. Disso decorre que o conceito de “formação humana” não é algo simples e nem se circunscreve em coordenadas bem definidas. Educamos para a adaptação aos hábitos pré-definidos ou educamos o indivíduo para que crie e recrie formas de viver diferenciadas? Educamos para dele retirar o que realmente se constitui

o âmago do seu ser? Ou, educamos para se tornar diferente do que naturalmente seria?

Além do mais, como assevera Stein (1969, p. 92) “Embora importante, o papel do educador individualmente é limitado. É a comunidade toda que exerce sua ação humanizante, ou desumanizante.” Ademais, a simples atividade em sala de aula não se constitui necessariamente numa experiência verdadeiramente educativa, pois a mesma pode ser dissipadora, dispersiva, caprichosa. Podemos, contudo, argumentar que educar é promover mudança. Todavia, esta também pode se apresentar insignificante ao conjunto das experiências do indivíduo, uma vez que “[...] não se relaciona[r] conscientemente com a onda de retorno das conseqüências que dela defluam.” (DEWEY, 1952, p. 192, alteração nossa), tornando-se, ao invés disso, desconexa. Em síntese, pleitear que promover experiências no contexto de ensino é sempre uma ação educativa constitui-se num equívoco pois há a possibilidade de engendramos experiências deseducativas, que acabarão por dificultar e mesmo obstar o desenvolvimento dos educandos.

Diante do exposto, observamos que a simples intenção de “educar ou formar” não se configura em algo bom em si mesmo. Nos regimes mais cruéis que temos notícia, houve educação! A filosofia, enquanto atividade inquiridora e investigativa, pode se configurar numa importante aliada às ações educativas. Estas, por sua vez, podem se tornar espaços significativos para que a filosofia aconteça e promova a necessária revisão dos seus pressupostos.

A interdependência humana, desde a fragilidade com que surgimos no mundo, exige de nós ações educativas. Como assevera Stein (1969, p. 97):

Queiramos ou não, ‘estamos embarcados’ na mesma viagem. Somos solidários no bem ou no mal, na felicidade e na desgraça. Nada acontece debaixo do céu sem que repercuta e se faça sentir, positiva ou negativamente, no grande Corpo social e espiritual que é a humanidade. A vida de um indivíduo espalha em torno um pouco daquilo que ele é, irradia luz ou sombra, frio ou calor, inteligência ou estupidez, bondade ou egoísmo.

Seguindo o seu argumento, o autor argumenta de que quando se trata do “homem”, esse educando permanente, não podemos ser jamais indiferentes. Daí o surgimento da exigente profissão docente.

Considerações finais – Temos efetivamente observado, em nome do necessário aprofundamento teórico de um determinado campo, a produção de uma espantosa fragmentação do conhecimento filosófico-educacional. Isso pode ser notado quando assistimos alguns profissionais se afiliarem a um grupo de filósofos que, por exemplo, argumentam que preferem problemas filosóficos específicos, nada tendo a ver com a educação ou com o ensino escolar - campos tomados por eles como planos distantes de suas preocupações e mesmo do seu alcance. Por outro lado, encontramos professores de filosofia que, por se dedicarem mais atentamente às questões do ensino, demonstrarem certas reservas para com a investigação filosófica propriamente erudita, entendendo-a, muitas vezes, como sendo algo como perfumaria ou ornamento requintado sem muita serventia para as questões da práxis. Ainda, podemos observar filósofos da educação reunidos em pequenos grupos dos quais resulta uma produção pouco respeitada aos olhares dos filósofos acadêmicos que os veem como uma população fronteira entre dois campos distintos carecendo, portanto, de identidade que lhe garanta um estatuto epistemológico sério e reconhecimento profissional em termos convencionais.

Logo, nossas preocupações parecem merecer um curvar-se reflexivo sobre a matéria, exercício que buscamos empreender nessas páginas.

REFERÊNCIAS

DEWEY, J. *Democracia e educação*. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

FARIA, W. de. *Teorias de ensino e planejamento pedagógico*. São Paulo: E.P.U., 1987

MARIA, J. P. *Novos paradigmas pedagógicos – para uma filosofia da educação*. São Paulo: Paulus, 1996.

PITTENGER, O. E.; GOODING, C. T. *Teorias da aprendizagem na prática educacional*. Trad. Dirce pestana Soares. São Paulo: E.P.U., 1977.

STEIN, S. A. *Educação: reflexões e prática*. São Paulo: Editora Herder, 1969.